

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico

As Regras e os Limites na Sala de Aula – Algumas propostas didáticas

Lígia Fernandes das Almas

Coimbra, 2019

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Lígia Fernandes das Almas

As Regras e os Limites na Sala de Aula – Algumas propostas didáticas

Relatório final para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e
Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Constituição do júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Arguente: Mestre Catarina Isabel Rodrigues Morgado

Orientadora: Professora Doutora Vera Maria Silvério do Vale

Agradecimentos

Tal como em tudo na vida, a concretização deste objetivo só foi possível porque estive rodeada das pessoas certas. O apoio e a ajuda constantes foram essenciais durante toda esta caminhada, por isso não posso deixar de lhes agradecer.

Em primeiro lugar, quero agradecer *aos meus queridos pais* que nunca duvidaram de mim e estiveram sempre presentes, incentivando-me a nunca desistir. Obrigada por serem um exemplo de força, dedicação e persistência.

Às minhas três *irmãs*, por nunca me terem deixado baixar os braços e por me incentivarem a lutar pelo meu sonho, fazendo-me ver que tudo é possível com dedicação e esforço.

À *Luísa* e à *Liliana*, em particular. À *Luísa*, companheira de curso e colega de quarto, por toda a sua grande ajuda nos momentos de aflição e por ser o meu suporte longe de casa. À *Liliana*, estou agradecida pelo encorajamento, pelo amparo nos momentos difíceis e pela ajuda que fornecia sempre que podia.

Ao meu *namorado* agradeço todo o seu amor, carinho, admiração e sobretudo, pela presença incansável com que me apoiou ao longo do período de elaboração deste relatório.

Aos meus *cunhados*, pela amizade, apoio e incentivo.

A todos os *professores* da Escola Superior de Educação de Coimbra, por todos os ensinamentos que contribuíram para o meu desenvolvimento profissional.

Especialmente à minha orientadora, Professora *Doutora Vera do Vale*, pela orientação prestada, pelo seu incentivo, disponibilidade e apoio que sempre demonstrou. Aqui manifesto a minha gratidão.

Por fim, agradeço a *Coimbra*. Por todos os bons momentos vividos, pelas aprendizagens, por me ter mostrado que só com trabalho e dedicação é possível alcançarmos os nossos objetivos e, por fim, por me ter ensinado o significado da palavra “saúde”.

Resumo

O jardim de infância e a escola desempenham um papel importante na evolução/desenvolvimento das crianças, sobretudo no que se refere à aquisição de regras. Deste modo, no presente relatório, realizado no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, são apresentados dois estudos.

O primeiro, denominado de estudo piloto, tinha como objetivo identificar as estratégias utilizadas por várias Educadoras de Infância e Assistentes Operacionais relativamente à construção e implementação das regras nas instituições onde trabalhavam. Este estudo piloto foi essencial para a realização de um segundo, mais aprofundado, desta vez com vinte alunos de uma turma do 2.º ano de escolaridade.

Relativamente à recolha e tratamento de dados, foram empregues os métodos que melhor se adaptam à finalidade do estudo. No primeiro adotei o inquérito por questionário, respetiva análise e observação direta. Já no segundo estudo, utilizei uma grelha de observação tanto para a docente como para os alunos, prosseguindo-se da análise e posterior implementação de regras através do programa de incentivos.

Como será descrito posteriormente, toda a intervenção obteve resultados positivos no grupo. Considero que a utilização dos materiais de incentivo, que foram construídos para motivar e envolver os alunos no cumprimento das regras, foi bem-sucedida. Esta aquisição, apesar do pouco tempo a que o programa de incentivos foi implementado, concluí que as regras devem ser construídas com as crianças, o mais precocemente possível e que aquando da sua implementação devem ser lembradas e reforçadas de forma positiva.

Palavras-chave: Regras; construção de regras; Limites; Programa de Incentivos.

Abstract

The kindergarten and the school play an important role in the development / development of children, especially as regards the acquisition of rules. Thus, in this report, carried out within the framework of the Masters in Pre-school and Secondary Education, two studies are presented.

The first, called a pilot study, aimed to identify the strategies used by various Child Care Educators and Operational Assistants regarding the construction and implementation of the rules in the institutions where they worked. This pilot study was essential for the achievement of a second, more in depth, this time with twenty students of a class of the 2nd year of schooling.

For the collection and processing of data, the methods that best fit the purpose of the study were employed. In the first one I adopted the questionnaire survey, its analysis and direct observation. In the second study, I used an observation grid for both the teacher and the students, proceeding from the analysis and subsequent implementation of rules through the incentive program.

As will be described later, all intervention had positive results in the group. I believe that the use of incentive materials, which were built to motivate and engage students in complying with the rules, was successful. This acquisition, despite the short time the incentive program was implemented, concluded that the rules should be built with the children as early as possible and that at the time of implementation they should be positively recalled and reinforced.

Keywords: Rules; rule-making; Limits; Incentive Program.

Sumário

Introdução	11
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1.1. Definição de «regras» e «limites».....	15
1.2. As regras e os limites como forma de integração social	15
1.3. A importância de estabelecer regras e limites para a formação da criança.....	16
1.4. O papel do Adulto	19
1.5. Reforçar comportamentos	21
1.6. Programa de incentivos ou sistemas de créditos	22
CAPÍTULO II – ESTUDO PILTO	25
2.1. Contextualização/Problemática.....	27
2.2. Questão – Problema	27
2.3. Objetivos do Estudo Piloto	27
2.4. Estudo Piloto	28
2.4.1. Análise das respostas das Educadoras de Infância	28
2.4.2. Análise das respostas das Assistentes Operacionais	33
CAPÍTULO III – PROJETO DE INTERVENÇÃO	41
3.1. Questão – Problema	43
3.2. Objetivos do Projeto de Intervenção	43
3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	43
3.4. Análise dos guiões de observação.....	44
3.5. Contexto Educativo.....	47
3.5.1. Caracterização da turma	47
3.6. Intervenção Educativa.....	48
3.7. Apresentação e Discussão de Dados	50
Considerações finais.....	53
Referências bibliográficas.....	55
ANEXOS	58

Índice de abreviaturas

AAAF's - Atividades de Animação e de Apoio às Famílias

AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular

CEB – Ciclo do Ensino Básico

JI- Jardim de Infância

NEE- Necessidades Educativas Especiais

PEI – Programa Educativo Individual

OCEPE - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

Índice de quadros

Quadro 1: Regras enunciadas pelas educadoras.....	30
Quadro 2: Como as regras são percebidas pelas crianças (na opinião das educadoras)	30
Quadro 3: O que fazem quando as crianças cumprem ou não as regras	31
Quadro 4: A importância das regras para as Assistentes Operacionais	34
Quadro 5: As regras que as Assistentes Operacionais conhecem e que consideram mais importantes.....	35
Quadro 6: Onde verificam que as crianças quebram as regras	36
Quadro 7: O que fazem as Assistentes Operacionais quando as crianças cumprem ou não as regras.....	37
Quadro 8: Exemplo de regras no exterior	38

Introdução

O presente Relatório Final foi realizado no âmbito das Unidades Curriculares de Prática Educativa I e II, integrantes no Plano de Estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre e contempla, no geral, uma investigação decorrente de uma questão observada em contexto de prática supervisionada.

As Regras e os limites na sala de aula – algumas propostas didáticas é o tema que dá origem a este relatório. O interesse por este assunto surgiu pelo facto de, ao longo da minha prática educativa, constatar a existência de lacunas face ao cumprimento, pelas crianças, de determinadas regras. Inicialmente ponderei que a sua origem devia-se à inexistência de regras claras no JI/sala e pelo facto das crianças não colaborarem na definição das mesmas, sendo que ao longo deste trabalho irei tentar demonstrar se a realidade vai a este encontro e ao encontro do que é sustentado pela literatura.

Considero ser importante mostrar às crianças, desde cedo, e sem qualquer imposição, que é através das regras e dos limites que se consegue fomentar um equilíbrio na convivência em sala de aula. Portanto este é um tema atual e pertinente, que está sempre numa atualização e sujeito a uma constante revisão.

Deste modo, os adultos quer nos jardins de infância, quer nas escolas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, sobretudo quando falamos na aquisição de regras. Além disso, o não cumprimento das mesmas é uma preocupação não só das educadoras de infância/professoras como também dos pais, que se deparam com problemas de comportamento com os quais não conseguem lidar.

Por vezes, as crianças acham entediante o cumprimento de regras e, neste sentido, o meu principal objetivo foi construir estratégias que pudessem motivá-las para a execução das mesmas. Para tal, o uso de incentivos e consequente recompensa, decidida pelas crianças, tornou-se uma mais valia para a minha análise neste estudo.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos:

- *Capítulo I – Enquadramento Teórico*, onde é descrito o tema geral, partindo de conceitos, teorias e ideias de diversos autores, como forma de apoio científico. Será focado o conceito das regras e qual a sua importância para a formação das crianças.

Irei também abordar a importância das regras e dos limites como forma de integração social e qual o papel do adulto, quer na elaboração das regras bem como na implementação das mesmas.

- *Capítulo II - Estudo Piloto*, efetuado na valência de jardim de infância. Neste capítulo é contextualizado o problema e referidos os objetivos da investigação. É descrito o estudo piloto efetuado nessa mesma instituição, onde são apresentados e analisados os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário a três educadoras de infância e suas assistentes operacionais de instituições distintas do concelho de Coimbra.

- *Capítulo III – Projeto de Intervenção*, começo por identificar, novamente, a questão-problema e os objetivos pertencentes à intervenção. É também referido quais os instrumentos utilizados neste estudo e qual foi o seu procedimento. Caracterizo, posteriormente, o contexto educativo do 1.º CEB e no final deste capítulo, faço uma pequena análise da minha intervenção.

Seguem-se as *considerações finais*, onde irei refletir acerca do impacto da minha intervenção e sobre a construção da minha identidade profissional.

Por último, serão apresentadas as *referências bibliográficas* através da citação de diversos autores que foram fundamentais para o suporte teórico desta análise.

Em suma/resumindo, o relatório contempla uma abordagem científica com base em diversos autores como forma de fundamentação e constitui igualmente as vivências e reflexões que realizei ao longo da minha prática, que partilho nas páginas que se seguem.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Definição de «regras» e «limites»

Antes de mais, é pertinente conhecer os significados dos termos que, ao longo deste trabalho irei tratar e estudar, referindo-os imensas vezes.

Começemos pelas regras. Segundo a Psicóloga Josi Paiva (2015), “são normas que devem ser seguidas e que são aprendidas através dos outros.”.

Relativamente aos limites, Mendonça, (2009) esclarece-nos que “são fronteiras que demarcam o que é permitido ou possível fazer e o que não é”.

1.2. As regras e os limites como forma de integração social

Em primeiro lugar, importa referir que é essencial a intervenção precoce dos professores, educadores e pais, no estabelecimento de limites e regras que ensinem às crianças a viver em comunidade. No entanto, muitos são aqueles que com medo de falhar, de serem rejeitados mais tarde pelos filhos, defendem a ideia de que “o tempo tudo resolverá” (Caria, 2014, p.26), não intervêm da maneira mais correta. Assim, segundo Sampaio (2009, citado em Caria, 2014, p.26) “Numa sociedade cada vez menos comunicativa, onde se procura com insistência o consumo, o prazer e o sucesso fácil, muitos progenitores optam por desvalorizar a definição de regras e o delinear de limites pois «dá muito trabalho e, acima de tudo querem que os filhos sejam felizes» (p.51)”.

Todo o ser humano se rege por regras e por normas, o que faz de nós, seres sociais e seres individuais. Por isso, as regras e os limites são dois dos fatores predominantes para o desenvolvimento em sociedade (Caria, 2014, p.26)

Caria (2014) faz referência a Brazeltone e Greenspan (2006) e menciona que as crianças observam o comportamento dos adultos, seguindo assim esse comportamento como um exemplo a seguir. Deste modo, estes tornam-se muito importantes pois são estes os modelos que vão ser utilizados pelas crianças nos seus contactos primários com a sociedade, mas não só, visto que a criança pode adotá-los e utilizá-los durante toda a sua vida. Tomemos o exemplo de uma criança que tem um comportamento incorreto em frente aos seus progenitores. O facto de estes olharem-na com reprovação irá fomentar-lhe uma sensação de desapontamento. Logo e de acordo com os autores

suprarreferidos, a criança tem de experienciar receber reforços positivos face ao seu bom comportamento bem como reforços negativos para retificar a sua conduta.

Todos os seres humanos são diferentes por isso, a educação das crianças também será realizada de forma distinta, atendendo à especificidade de cada uma. Ainda assim, é sempre necessário que os adultos imponham regras e limites para que a criança se torne autónoma e que cresça de forma livre (Reyes, 2010 referido em Caria, 2014, p.27).

A implementação de regras e limites é importante desde cedo, porque “contribuem para diminuir o caos na vida familiar.”. A aplicação dessas regras faz com que elas se sintam “motivadas a explorar o seu ambiente dentro de certos limites” e “aprendem a respeitar a liberdade e a confiança que é depositada em si.”. Essa importância constrói também para que as crianças se sintam “seguras e permite-lhes distinguir o certo do errado.” (Externato Champagnat, 2017).

Segundo Caria (2014, p.28) “As crianças que crescem em contextos cujo respeito pelas regras não é tido como uma das prioridades no seu processo formativo, provavelmente mais tarde serão jovens e adultos inadaptados, desordeiros, isolados e rejeitados socialmente”, ou seja, as crianças que não têm regras tornam-se, muito provavelmente, em jovens e adultos desajustados.

Contudo, por mais difícil que seja educar a criança, estimular ou impor limites, tudo isto é importante para que a criança cresça de forma saudável. Assim, de acordo com Urra (2009) ao considerar Strecht (2004) mencionado em (Caria, 2014, p.28), refere que é importante a imposição de regras e limites e que estes devem ser sempre um fator a ter em consideração e a seguir no seu crescimento, evitando que as crianças se imponham aos seus próprios progenitores.

1.3. A importância de estabelecer regras e limites para a formação da criança

“As regras não são apenas um meio para se adquirir uma organização da sala (...) são também um fim em si mesmas” (DeVries e Zan, 1994:139)

As regras e os limites estão interligados, visto que, segundo Brazelton (2000, p.109), “o outro lado da moeda do amor e do afeto é a fixação de limites” e estes como refere Cordeiro (2008, p.32) “andam a par com as regras e a firmeza.”.

Estabelecer regras e limites às crianças, desde cedo, é importante para que se sintam “mais tranquilas e seguras.” (Webster-Stratton, 2016, p.67) e “ajudar a criança a atingir o controlo dos seus impulsos. A criança tem de compreender que nem todos os comportamentos podem ser tolerados da mesma forma.” (Vale, 2003, p.32). Deste modo, a sua implementação é necessária para que as crianças aprendam a conviver em conjunto com outras crianças, ensinando-lhes a distinguir o certo do errado.

Atualmente, é possível verificar que os pais não conseguem estabelecer regras e limites aos próprios filhos e, devido a essa ausência de firmeza é criado um clima de desrespeito, o que leva a que a criança, futuramente, se possa tornar violenta e desobediente face às regras estabelecidas na sociedade. Deste modo, e tal como refere Oliveira (2011) “a falta de limites pode ser trabalhada, pois para as crianças crescerem bem elas precisam de amor e limites. O amor é fundamental para crescer com confiança e auto-estima, os limites são cruciais” para que a criança consiga aprender a controlar e possa, assim, viver em sociedade.

Segundo Curry (2005, citado por Pinto, 2013, p.16), “os limites devem ser colocados, mas não impostos”. Sendo que “alguns limites são inegociáveis, porque comprometem a saúde e segurança, mas mesmo nesses casos deve-se fazer uma mesa redonda com os filhos e dialogar sobre os motivos desses limites.”. Pinto (2013) refere ainda que “[a]o estabelecer limites, não estamos a dizer que é necessário ser-se rígido e intransigente”, mas sim “saber incentivar as crianças a entender a importância das regras e mostrar-lhes que o bem sabe melhor quando é o bem de todos.”.

E como devemos formular as regras com as crianças? As regras numa sala de aula devem ser formuladas em termos de comportamentos observáveis, não devem de existir mais do que cinco a sete regras elaboradas pela positiva e devem ser afixadas (Webster-Stratton, 2017, p. 62). Carita e Fernandes (1997, p.80) também defendem que “(...) devem ser formuladas com clareza, precisão e pela positiva.”. Estas devem ser construídas pela positiva pelo simples facto de dizermos às crianças qual o comportamento correto a ser cumprido e para que elas não as vejam como uma proibição.

É importante envolver as crianças “na definição das regras da sala e na discussão sobre a sua importância.” (Webster-Stratton, 2017, p. 62). Como é habitual nas escolas, as regras é uma das primeiras coisas a serem abordadas no primeiro dia de aulas. Deste modo, o educador “deve ter uma conversa com as crianças para definir as regras que são importantes na sala.” (Webster-Stratton, 2017, p. 62). Aqui a participação das crianças é fundamental, visto que podem transmitir as suas ideias e o educador terá o papel de questioná-las do porquê delas serem consideradas importantes (Webster-Stratton, 2017, p. 62).

O registo das regras deve ser feito em “termos de comportamentos positivos esperados”, deve envolver as crianças, uma vez que a partir da sua participação as crianças “sentirão que elas lhes pertencem mais e estarão mais empenhadas em cumpri-las” (Webster-Stratton, 2008, p.56).

Segundo Webster-Stratton (2017, p.62) “além da definição das regras, é essencial discutir as consequências resultantes do seu incumprimento”, pois “as crianças têm de saber quais são exatamente os comportamentos que dão origem à perda de um privilégio (...)” ou seja, é através das consequências que ensinamos às crianças que o que esperamos delas é o bom comportamento.

Uma das maneiras que o educador pode adotar para que as crianças obedecem as regras, é, numa fase inicial “escolher uma regra por semana para analisar cuidadosamente com o grupo.” (Webster-Stratton (2017, p.62). Essa análise segundo a psicóloga Carolyn Webster-Stratton, pode ser feita através da dramatização em que as crianças demonstram como a fariam. O educador, caso as crianças façam corretamente, deve elogiar e aprovar aquele comportamento.

Outra maneira é o uso do programa de incentivos, no qual ajuda “as crianças que têm dificuldades em lembrar-se da[s] regra[s] (...)” (Webster-Stratton (2017, p.63).

Bracinhos (2014, p.18), enumera algumas das formas de usar as regras e limites para estabelecer a disciplina, sendo elas: “reforçar o comportamento desejável; evitar fazer ameaças sem consequências, porque podem reforçar o comportamento indesejado; aplicar as regras de forma consistente; aplicar limites moderados e consistentes, com consequências realistas; priorizar as regras dando preferência à segurança (...)”.

Deste modo, é importante para a formação das crianças que os adultos digam, por vezes, “não” pois é uma atitude, dentro do processo educativo, necessária e saudável. As crianças precisam de perceber que existem regras e que tudo tem um momento certo, para isso é essencial que as escolas juntamente com os pais estejam em sintonia.

1.4. O papel do Adulto

O adulto é visto pelas crianças como uma referência, por isso, Ballenato (2015, p.25) diz que quem “aborda a tarefa da educação tem entre mãos uma enorme responsabilidade e dispõe de um grande poder de influência que (...) tem de saber gerir de um modo adequado.”. Deste modo, “as palavras que transmitem” bem como as “suas expectativas (...) são capazes de desenvolver atitudes, despertar emoções e incitar comportamentos.” (Ballenato, 2015, p.25).

Para a elaboração das regras é importante que o adulto dê voz às crianças para que estas possam analisar, discutir e questionar, deixando assim claro que as regras não são uma imposição sua. Porque segundo Webster-Stratton (2017, p. 62) “se os alunos colaborarem na definição das regras, sentirão que elas lhes pertencem mais e estarão mais empenhadas em cumpri-las.”.

De acordo com o mesmo autor é essencial não só elaborar as regras em conjunto com as crianças, mas também fomentar a discussão do seu incumprimento. Uma das ferramentas utilizadas pela maioria dos adultos é o castigo, porém, segundo Brazelton e Greenspan (2002, citados por Montês et al, 2010, p.47), deve ser utilizado apenas “em certos momentos” e “deve seguir-se imediatamente ao mau comportamento que lhe deu origem”, mas este “deve ser breve e respeitar os sentimentos das crianças”. Até porque, segundo Vaz (1999) se “o professor captar atempadamente os indícios de risco de infração, isso facilitará uma atuação preventiva e, em consequência, o evitamento do problema e da indesejada interrupção da aula.”.

Num estudo feito por Vale (2014), cujo objetivo era o de avaliar como as crianças percebem as regras da sala de aula e a existência de consequências para o seu ou não cumprimento. Através dele, conseguimos perceber que a maioria das crianças para o não cumprimento das regras, mencionaram como consequências negativas: “ficar

sentada quieta numa cadeira”; ficar a pensar; ir para fora da sala; “castigo físico” e também referiram que era colocada uma bola vermelha no sistema de semáforos.

Na continuação desse estudo, Vale (2014) afirma que os professores dão “mais atenção aos comportamentos negativos do que aos comportamentos positivos e utilizam mais consequências negativas e punitivas.”. Pois ao salientarmos os maus comportamentos, estamos a reforçar e aumentar a sua frequência.

Por sua vez, quando uma regra é cumprida o adulto tende a elogiar esse comportamento, o que leva a que as crianças continuem a cumprir as regras. Deste modo, quando o adulto transmite às crianças uma “atenção positiva, para além de ajudar a diminuir os comportamentos negativos” também “ajuda ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais...” (Vale, 2012). Atualmente, é recorrente o uso de programas de incentivo tais como, cartões ou autocolantes. O programa de incentivo é benéfico, pois auxilia as crianças a relembrar as regras e motiva-as a cumpri-las.

Importa também referir que os comportamentos negativos por parte das crianças, segundo Gotzens (1993), citado por Vaz (1999), podem ser evitados e nesta perspetiva o autor salienta o importante papel no docente que é (...) “entendido como o saber compreender e intervir convenientemente sobre as variáveis básicas do ensino, e a capacidade de uma correcta manipulação dos processos educativos com o propósito de facilitar aos seus alunos o acesso e a participação dos mesmos.”

Neste sentido, o papel do adulto é essencial nesta temática, uma vez que, segundo Vaz (1999, p.48) “os comportamentos que o professor deseja encorajar devem ser reforçados imediatamente após a sua ocorrência.” Caso isso não aconteça, o mesmo autor também refere que “o comportamento que não é reforçado de imediato torna-se pouco consistente;” e isso leva a que o comportamento se fortaleça. Por isso, “é importante que os educadores usem estratégias inovadoras para atrair e manter a atenção das crianças.” (Webster-Stratton, 2017, p.66).

Em suma, é importante que o adulto participe na elaboração das regras, mas apenas como um mero mediador acrescentando apenas regras “que faltam e, depois, orientar a discussão acerca da sua importância.” (Webster-Stratton (2017, p.62). Para todo este processo é essencial o envolvimento da criança e a constante reflexão do adulto. O objetivo é que as crianças compreendam a necessidade da existência de regras e que as cumpram sem serem obrigadas.

1.5. Reforçar comportamentos

Atualmente, nos jardins de infância e nas escolas, é recorrente o uso de reforços que servem, essencialmente para “fomentar ou enfraquecer determinados comportamentos.” (Ballenato, 2015, p.73).

O reforço “diz respeito a um determinado acontecimento, um resultado ou uma consequência que se associa ao comportamento e que é capaz de modificar a probabilidade da futura ocorrência do mesmo.” (Ballenato, 2015, p.73). Para Sprinthall e Sprinthall (1993), o reforço diz respeito a consequências positivas que se seguem a uma conduta e que ajudam a reforçar e a consolidá-la.

Existem, segundo Noronha (1989) vários tipos de reforço: o reforço primário ou secundário, positivo ou negativo, contínuo ou intermitente, (...).

O reforço primário é obtido com a satisfação das necessidades básicas, tais como alimento, sono, etc (Noronha, M., 1989). O reforço secundário é obtido com a satisfação das necessidades secundárias ou sociais (aprendidas) tais como simpatia, dinheiro, bens materiais, etc (Noronha, M., 1989). O reforço positivo é provocado por uma gratificação ou com a obtenção duma situação desejada (Noronha, M., 1989). Já o reforço negativo é o processo de retirada de algo mau (Noronha, M., 1989). O reforço contínuo proporciona o reforço cada vez que o comportamento é emitido e o reforço intermitente requer que o organismo aprenda a esperar pelo reforço (Sprinthall e Sprinthall, 1993).

Como o reforço “representa a manipulação das condições externas com o objectivo de poder moldar um determinado comportamento.”. É importante intervir de maneira a que um “comportamento seja seguido de resposta, este terá tendência para se repetir.”. Caso não obtenha qualquer resultado, acaba por “se extinguir e desaparecer. Se o resultado for uma consequência negativa, o individuo terá tendência para evitar esse comportamento.” (Ballenato, 2015, pp.73 e 74).

Segundo Webster-Stratton (2017, p. 81) “os elogios e os estímulos consistentes e significativos vindos do educador constroem a autoestima das crianças e contribuem para o estabelecimento de relações de confiança e apoio. Esta forma de atenção dada aos comportamentos positivos reforça e estimula as competências sociais e académicas que a criança está a desenvolver”. O educador não deve elogiar apenas

comportamentos observáveis, mas deve, e será importante para a criança, elogiar os seus esforços e progressos (Webster-Stratton, 2017, p. 89).

Por isso, o uso organizado e cuidadoso dos reforços pode resultar em benefícios muito positivos para as crianças. Porém, segundo Ballenato (2015, p. 80) para que o reforço seja eficaz é necessário ter certas condições e características: “deve ser personalizado, significativo estar relativamente disponível ou ser exequível, de aplicação fácil e variado.”.

1.6. Programa de incentivos ou sistemas de créditos

O programa de incentivos faz parte das estratégias contidas num programa desenvolvido nos Estados Unidos da América, intitulado de “Incredible Years” cuja escritora trata-se da psicóloga clínica e professora Carolyn Webster-Stratton. Este programa tem como objetivo orientar os pais, educadores e professores de crianças dos dois aos oito anos de idade.

O programa de incentivo ou sistemas de créditos são uma forma de utilizar o reforço de comportamentos. Consistem em “entregar ao aluno um determinado número de créditos, imediatamente após a realização do comportamento positivo” (Rutherford & Lopes, 1993, p.82) e surge “quando o professor deseja aumentar um comportamento que não é muito frequente ou um comportamento que um aluno tem especial dificuldade em aprender” (Webster-Stratton, 2008, p.91). Mas não podemos esquecer ou deixar de dar uma aprovação social, pois “o impacto é maior quando os dois tipos de recompensa são associados e cada um deles tem uma finalidade diferente”. Deste modo, a “recompensa social deve ser usada para reforçar os esforços que as crianças fazem para dominarem uma nova competência (...) e as recompensas materiais (...) [são] usadas para reforçar a conquista de um objetivo específico.” (Webster-Stratton, 2017, p.99).

De destacar que este sistema de créditos poderá ser utilizado só por um aluno, por um determinado grupo ou por toda a turma, apenas depende do comportamento que o professor deseja modificar (Rutherford & Lopes, 1993).

O professor quando inicia este método deve combinar com os alunos quais os comportamentos que darão lugar a uma recompensa e qual será essa mesma

recompensa. Segundo Webster-Stratton (2017, p.101), “os programas de incentivos só funcionam se o educador:

- Os atribuir por terem atingido um determinado nível de realização;
- Escolher incentivos eficazes;
- Tornar os programas simples e divertidos;
- Controlar rigorosamente os quadros de registo;
- For persistente e cumprir o combinado;
- Fizer a revisão do programa quando os comportamentos se alteram;
- Mudar periodicamente as recompensas e torná-las novidades interessantes;
- Definir limites consistentes relativos aos comportamentos que irão ser recompensados.”.

O elogio, o encorajamento e a atenção positiva são estratégias eficazes na promoção de comportamento, não são suficientes quando se propõe às crianças desafios mais difíceis, sendo necessário atribuir recompensas concretas, logo os incentivos, consistem em certas situações reforços mais vantajosos. (Webster-Stratton, 2010).

As recompensas materiais, como por exemplo autocolantes, cartões, estrelinhas, entre outros, são utilizados com o objetivo de motivar os alunos na resolução dos comportamentos, demonstrar as suas evoluções, são fáceis de distribuir e podem ser dados de imediato. E, de certo modo, deve “ensinar as crianças a serem mais responsáveis pelo o seu próprio comportamento.” (Webster-Stratton, 2017, p. 114)

A escolha dos materiais deve ser tida em conta, uma vez que “o que funciona como um reforço positivo para uma criança pode não resultar com outra” (Webster-Stratton, 2008, p.102). Por isso, é essencial fazer um diálogo com os alunos e entender quais os reforços que irão funcionar de forma positiva.

Após as crianças terem aprendido “o novo comportamento, os programas de incentivos podem ser gradualmente abandonados e o elogio e o incentivo do educador serão usados para o manter.” (Webster-Stratton, 2017, p. 101). Sendo que os incentivos, tal como diz Webster-Stratton (2017, p.102) são “uma espécie de alicerce externo para ajudar as crianças até que consigam fazer as coisas sozinhas”.

CAPÍTULO II – ESTUDO PILTO

(Pré-Escolar)

Neste capítulo será apresentada a parte do estudo piloto realizado no Pré-Escolar. Num primeiro momento, exponho a contextualização do tema, a problemática e seus respetivos objetivos. Numa segunda fase irei explicar, separadamente, em que consistiram os dois estudos realizados e qual a ligação entre eles para a obtenção dos resultados pretendidos.

2.1. Contextualização/Problemática

Um trabalho de investigação tem origem num problema. Ou seja, uma situação que precisa de ser alterada ou tratada (Fortin, 2009). Neste caso, a problemática foca a importância do estabelecimento e cumprimento de regras para o desenvolvimento da criança.

Deparei-me, ao longo da minha formação e através do contacto e observação com as crianças, com a necessidade destas adquirirem um maior reconhecimento das regras para um bom funcionamento da dinâmica da sala. É nesta sequência que surge o meu interesse por esta temática, uma vez que a implementação das regras é necessária para que as crianças aprendam a conviver em conjunto com outras crianças.

2.2. Questão – Problema

O estudo foi desenvolvido ao longo da minha prática de Ensino Supervisionado. Implementei o estudo-piloto no estágio realizado num Jardim de Infância, cujo o meu objetivo era dar resposta à questão problema:

- *Que estratégias se pode adotar para motivar os alunos ao cumprimento das regras em contexto escolar?*

2.3. Objetivos do Estudo Piloto

Com esta investigação pretendo:

- a) Conhecer as estratégias adotadas pelas educadoras de infância e assistentes operacionais na construção e implementação de regras;
- b) Verificar se essas estratégias são as mais adequadas para as crianças;

2.4. Estudo Piloto

Este estudo, que designei de piloto, teve como objetivo perceber como eram elaboradas e implementadas as regras em contexto de Jardim de Infância.

Aproveitando o facto de a Unidade Curricular de Prática Educativa I proporcionar um estágio supervisionado num Jardim de Infância, decidi que seria útil para a investigação questionar as equipas educativas, educadoras de infância e suas assistentes operacionais, de diferentes instituições pertencentes ao distrito de Coimbra, relativamente à problemática.

Assim foi adotada uma amostra de conveniência. Foi pedida a colaboração de algumas colegas da turma para fazerem chegar os questionários às respetivas profissionais. Infelizmente não consegui obter um maior número de respostas devido, não só, à falta de colaboração das restantes colegas de turma, como também pela argumentação de indisponibilidade de algumas educadoras. A amostra ficou então constituída por três educadoras e cinco assistentes operacionais.

O instrumento utilizado para recolha de dados foi o inquérito por questionário, sendo este de tipo aberto (Anexo 1). Segundo Amado (2014, p.271) “esta técnica permite uma expressão livre das opiniões dos respondentes, ainda que o questionário contemple alguns itens orientados.”.

2.4.1. Análise das respostas das Educadoras de Infância

As três Educadoras de Infância inquiridas estão a desenvolver a sua profissão em Jardins-de-infância pertencentes ao Ministério da Educação. Optei por manter o anonimato das docentes, doravante denominadas de *Educadora 1*, *Educadora 2* e *Educadora 3*.

Achei pertinente saber qual o tempo de serviço de cada uma, pelo que consegui observar que as três educadoras inquiridas não têm muita diferença, tendo a *Educadora 1* vinte e cinco, a *Educadora 2* vinte e oito e a *Educadora 3* vinte e sete anos de serviço.

Em relação à questão n.º 2.1 do questionário, “Qual a importância que atribui à existência de regras no JI?”, as três educadoras responderam que as consideram importantes não só para o bom funcionamento do Jardim de Infância, mas também

porque ajudam na regulação dos comportamentos e das rotinas das crianças, o que corrobora o que as autoras DeVries e Zan (1998) afirmam sobre a importância e utilidade das regras para a vida na sociedade.

Na questão n.º 2.2, “Existem regras no seu JI?”, a resposta foi afirmativa nos três casos em análise, com a justificação de que todas as crianças necessitam de regras e limites. Essa existência de regras, segundo Brazelton e Sparrow (2004, p. 13), trazem uma maior segurança às crianças e sem elas “não há limites” e os limites são imprescindíveis para que as crianças se sintam seguras no jardim-de-infância.

Na questão seguinte “Como são elaboradas e implementadas as regras na sala (outros espaços, exterior...) de Jardim de Infância?”, as educadoras responderam que foram elaboradas no início do ano letivo e em grande grupo. A *Educadora 2* acrescentou ainda que “... a partir do momento em que aceitamos as regras todos *«devem» cumprir.*”. De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016), as regras devem ser “elaboradas e negociadas entre todos” como também devem ser compreendidas por todas, onde “cada uma se compromete a aceitá-las, ...” (p.36), mas no discurso da educadora não fica claro se de facto as regras foram elaboradas e negociadas pois é importante “fazer regras com as crianças e não para as crianças” (Formosinho & Andrade, 2011, p.25).

Comungo desta opinião, pois o facto de serem as crianças a elaborarem e a discutirem as regras, possibilita uma maior cooperação entre o grupo, o que fará com que elas se lembrem mais facilmente das regras que elaboraram e, tal como diz DeVries e Zan (1998 citados em Montês et al. 2010, p.46), “a gramática pouco importa em relação ao espírito das regras, pois as crianças recordarão e respeitarão mais a regra, se esta estiver nas suas próprias palavras.”.

Noutra questão (2.4) foi pedido um exemplo de regras, tendo as educadoras feito referência a regras enunciadas na positiva embora algumas mais vagas, como o exemplo “*Brincar e Arrumar*” que de facto não indicam o comportamento específico que se espera que a criança tenha.

Quadro 1: Regras enunciadas pelas educadoras

Educadora 1	<i>“Brincar... Arrumar”</i>
Educadora 2	<i>“Esperar a sua vez para falar pondo o dedo no ar”</i>
Educadora 3	<i>“Ouço os adultos e os meus colegas com atenção”</i>

Quando questionadas sobre a forma como as regras são percecionadas pelas crianças (questão n.º 2.5), as educadoras têm opiniões distintas, tal como podemos verificar no quadro n.º 2. A *Educadora 1* refere que as crianças se ajudam umas às outras, relembrando as regras quando os colegas não as cumprem. A *Educadora 2* salienta que as regras só funcionam se as crianças perceberem para que servem. No entanto algumas questões subsistem: será que é explicado isso antes das regras serem elaboradas? Serão as regras elaboradas pelas crianças? Se fossem, será que não seria mais fácil elas perceberem? Por fim, na opinião da *Educadora 3*, as suas crianças têm dificuldades em cumprir as regras e sobretudo a entendê-las, deste modo terão de ser chamadas várias vezes a atenção para que as possam cumprir. Pelas palavras da educadora fica demonstrado que o processo de construção das regras deve ser participado utilizando formas interessantes de envolver as crianças, como sinais visuais, pois a maior parte das crianças pequenas têm dificuldades em ouvir instruções.

Quadro 2: Como as regras são percecionadas pelas crianças (na opinião das educadoras)

Educadora 1	<i>“Julgo que após o estabelecimento das regras de sala, elas são extremamente justas e relembram-se umas às outras.”</i>
Educadora 2	<i>“As regras só funcionam se elas perceberem o que são e para que servem.”</i>
Educadora 3	<i>“Apesar de por vezes algumas crianças terem dificuldade em cumprir as regras conseguem entendê-las e quando chamadas à atenção acabam por cumprir.”</i>

Na questão seguinte, referente ao que faziam para relembrar essas mesmas regras às crianças, a *Educadora 1* disse que conversava com elas quando os comportamentos eram observáveis e as atitudes menos corretas, relembrando que com aquele comportamento não podiam ganhar autocolantes (incentivo). A *Educadora 2*

respondeu que conversava e chamava à atenção das crianças. Por fim, a *Educadora 3* afirmou que revia mais uma vez todas as regras instituídas. Porém, segundo Sprinthall e Sprinthall (1990), referido em Montês, Gaspar e Piscalho (2010, p.46) “para que as regras não sejam constantemente violadas, o seu registo não é suficiente, estas devem ser mostradas e lembradas ao longo do ano.”.

As próximas duas respostas dizem respeito ao que fazem as educadoras quando as crianças cumprem ou não as regras e serão analisadas comparativamente.

Quadro 3: O que fazem quando as crianças cumprem ou não as regras

	Educadora 1	Educadora 2	Educadora 3
“O que faz quando as crianças cumprem as regras?”	<i>“Na sala existe um quadro de incentivos para premiar as crianças que cumprem as regras...”</i>	<i>“...são elogiadas.”</i>	<i>“Reforço positivamente o comportamento com palavras de encorajamento.”</i>
“O que faz quando as crianças não cumprem as regras?”	<i>“Converso com as crianças acerca da atitude e levo-as a refletir sobre a mesma.”</i>	<i>“Relembro as regras.”</i>	<i>“Existe uma penalização que também foi acordada no início do ano para quem não cumpre.”</i>

Podemos constatar através das respostas dadas que é utilizado o Reforço Positivo quando as crianças cumprem as regras que, segundo Sprinthall e Sprinthall (1993, p. 226), “é qualquer estímulo que, quando acrescentado à situação, aumenta a probabilidade de ocorrência da resposta”, por isso é importante “reforçar positivamente as crianças por todo o tipo de bom comportamento (...)” (Portugal, 2011, p.20 cit. Correia, 2012).

O reforço mais utilizado e tal como podemos verificar no quadro nº 3, é o reforço verbal como “boa!”, “gostei muito do que fizeste!”, entre outros. Segundo alguns estudos, a “falta de elogio e reconhecimento do comportamento adequado pode levar a um aumento do mau comportamento.” (Webster-Stratton, 2016, p. 39).

Outro tipo de reforço utilizado é o reforço não verbal como as demonstrações de carinho, e tal acontece como podemos ver na resposta dada pela *Educadora 2*.

No que diz respeito ao que acontece quando as crianças não cumprem as regras, as educadoras intervêm de diferentes formas. A *Educadora 1* refere que conversa com as crianças levando-as a refletirem sobre a sua atitude, pois “é necessário assinalar imediatamente esse comportamento” para que elas entendam que fizeram algo de errado e que “não é suficiente apenas chamar a criança à atenção é preciso explicar-lhes o que está menos bem no seu comportamento para que ela perceba, e numa fase posterior não voltar a repeti-lo.” (Marques, 2015, p.36). A *Educadora 2* diz que apenas relembra as regras. Já a *Educadora 3* recorre à penalização acordada entre o grupo no início do ano letivo pois, segundo Webster-Stratton (2017, p.155) “as consequências são uma forma de responsabilizar as crianças pelos seus comportamentos.”.

Na questão “Existem regras no exterior? Se sim, pode dar um exemplo?”, as três educadoras responderam que existem e os exemplos foram: “*Não subir o escorrega pelo tabuleiro de escorregar.*” (Educadora 1), “*respeitar o amigo*” (Educadora 2) e, por fim, “*arrumar o espaço antes de entrar.*” (Educadora 3). Através destas respostas é perceptível observar regras na negativa e vagas, pois tal como referem DeVries e Zan (1998, p.144) mencionado em Montês et. al., (2010, p.46), “as crianças pequenas, quando convidadas pela primeira vez a gerar regras para a sala de aula, tendem a surgir regras com “Não”, pois consideram muito mais fácil (...)”. No entanto, o educador não deve rejeitar essas ideias, mas “levar as crianças a pensar em coisas que podem fazer”.

No que diz respeito ao número de regras definidas no início do ano, as respostas diferem, uma vez que a *Educadora 1* disse 3 a 6 regras, a *Educadora 2*, no máximo 5 regras e a *Educadora 3* referiu 8 regras básicas. A verdade é que as regras, segundo Short e seus colegas (1994, p.44, citado em Pereira, s.d.) ao falarem das regras dizem que as mesmas devem de ser “poucas, simples, positivas, claras e fundamentais.”, até porque segundo a literatura “não devem existir mais do que cinco a sete regras” (Webster-Stratton (2017, p. 62).

Foi ainda questionado acerca da média de regras que são definidas durante o ano letivo. A *Educadora 1* mantém o mesmo número referido anteriormente. Já a

Educadora 2, respondeu que “*depende da necessidade e do grupo.*”, enquanto que a *Educadora 3* referiu que não existe essa média definida. Neste sentido, é importante que “com o passar do tempo, se se for verificando que algumas regras não estão a ter o efeito pretendido (...)” as mesmas devem de ser novamente analisadas, revistas e, caso haja necessidade, reelaborá-las. (Montês et al., 2010, p.46).

A última questão colocada no questionário foi: “Quais são os comportamentos das crianças a que atribui maior importância?”. A *Educadora 1* atribui à “*colaboração entre os meninos mais velhos e os mais novos.*” e as *Educadoras 2 e 3* concordaram respondendo “*respeitar*” os amigos. Porém a *Educadora 2* acrescentou outra regra “*esperar a sua vez para falar.*”.

Ao analisar esta questão vejo que as educadoras atribuem uma grande importância à área da Formação Pessoal e Social, esta é uma área que faz com que as crianças se relacionem com elas próprias, mas sobretudo com os outros. Essa “inter-relação” faz com que as crianças aprendam “a atribuir valor aos seus comportamentos e atitudes e aos dos outros, ...” (OCEPE, 2016, p. 33).

2.4.2. Análise das respostas das Assistentes Operacionais

Quanto à restante amostra deste estudo, foram inquiridas cinco Assistentes Operacionais que acompanham as Educadoras de Infância anteriormente mencionadas. Tal como optei por manter o anonimato das educadoras, o mesmo aconteceu para as assistentes operacionais sendo assim denominadas de *Assistente Operacional 1*, *Assistente Operacional 2*, *Assistente Operacional 3*, *Assistente Operacional 4* e *Assistente Operacional 5*.

Através do questionário é possível verificar que três das assistentes têm o 12.º ano como formação académica, enquanto que as restantes possuem Licenciatura.

Quanto ao tempo de serviço de cada uma das assistentes operacionais, estes variam. A *Assistente Operacional 1* tem 2 meses e uma semana de tempo de serviço, a *Assistente Operacional 2* tem 8 anos, já a *Assistente Operacional 3 e 4* têm 12 anos e por fim, a *Assistente Operacional 5*, que regista maior tempo de serviço, com 17 anos de atividade profissional.

À questão n.º 2.1 (quadro 4) todas as assistentes atribuem uma importância às regras, embora com diferentes respostas. A *Assistente Operacional 1* dá bastante importância, uma vez que é “no JI que se proporciona um melhor desenvolvimento das crianças.”. A *Assistente Operacional 2* considera ser importante para controlar o grupo de crianças para que consigam, mais facilmente transmitir conhecimentos. Já a *Assistente Operacional 3* foi muito breve na sua resposta referindo apenas que são importantes “para um bom funcionamento do JI”. A *Assistente Operacional 4* considera fundamental porque cria uma boa dinâmica para toda a comunidade. Por fim, a *Assistente Operacional 5* salientou a sua relevância para o respeito uns pelos outros.

Quadro 4: A importância das regras para as Assistentes Operacionais

Assistente Operacional 1	<i>“... é bastante, no sentido que, é no JI que se proporciona um melhor desenvolvimento das crianças. Não sendo um lugar onde se “guardam” apenas as crianças, mas também onde se transmitem conhecimentos e valores, nas idades em que estão mais recetíveis ao conhecimento.”</i>
Assistente Operacional 2	<i>“Controlo do grande grupo porque desta forma se promove uma melhor e mais eficaz transmissão de competências.”</i>
Assistente Operacional 3	<i>“Muito importante para um bom funcionamento do JI.”</i>
Assistente Operacional 4	<i>“...fundamentais para uma boa dinâmica tanto para as crianças de forma a orientarem-se e estabelecer rotinas como para o adulto ao nível individual ou em equipa.”</i>
Assistente Operacional 5	<i>“Incutir o respeito uns pelos outros.”</i>

Na questão seguinte: “Existem regras na sala que integra?”, a *Assistente Operacional 1* mencionou que “embora não esteja há muito tempo neste JI, já me apercebi que existem regras fundamentais e bem aplicadas pelas educadoras e acatadas pelas crianças.”. As restantes responderam afirmativamente, sendo que a *Assistente Operacional 4* acrescentou que “sem regras é muito difícil gerir a minha prática profissional...”.

É visível que todas as assistentes têm conhecimento das regras estabelecidas no seu JI, conferindo-lhe utilidade quer para o desenvolvimento das crianças quer para o bom funcionamento do JI facilitando também o trabalho das auxiliares.

A questão n.º 2.3 “Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?”.

Quadro 5: As regras que as Assistentes Operacionais conhecem e que consideram mais importantes

Assistente Operacional 1	<i>“Não as conheço ainda todas, mas pelo que já consegui perceber, existem “rotinas” muito importantes, tais como, a higiene, a comunicação e interação entre meninos das duas salas...”</i>
Assistente Operacional 2	<i>“Sim.” (não referindo as regras que considera mais importantes).</i>
Assistente Operacional 3	<i>“Sim. Saber respeitar uns aos outros, falar um de cada vez, entre outras.”</i>
Assistente Operacional 4	<i>“Sim. As mais importantes são as rotinas diárias, o saber respeitar, escutar, ou seja, o saber estar/ser.”</i>
Assistente Operacional 5	<i>“É evidente que conheço. Partilha, respeito, ajuda ...”</i>

Pela análise do quadro n.º 5 podemos verificar que a mais referida é o respeito/saber, embora não seja concreto o que se entende por “*respeitar os outros*” e logo a seguir são as regras relativamente às rotinas diárias.

Posteriormente foi questionado “Quem definiu essas regras?”. Nesta questão as respostas foram diferentes, a *Assistente Operacional 1* respondeu que “*julgo ser um trabalho de equipa que vai desenvolvendo através de reuniões...*”, a *Assistente Operacional 2* respondeu “*As sras. Educadoras*”, a *Assistente Operacional 3* afirmou serem definidas pelas educadoras e auxiliares, já a *Assistente Operacional 4* diz que “*A Educadora de Infância no início de cada ano letivo estabelece as regras e depois nós as assistentes vamos interagindo de acordo com isso.*”, por fim, a última *Assistente Operacional* respondeu “*todos em conjunto*”. Ao analisar estas respostas verifiquei que há uma incoerência em relação às respostas dadas anteriormente pelas Educadoras de Infância. Visto que estas mencionaram que as regras foram elaboradas

no início do ano letivo e em grande grupo, contrariamente àquilo que é dito pelas Assistentes Operacionais. Fica a dúvida de quem elaborou as regras e como se deu corpo a esse processo.

Na questão seguinte “Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?”, apenas a *Assistente Operacional 1* respondeu que não se sentia à vontade para opinar sobre o assunto. As restantes responderam que não acrescentariam nenhuma regra.

Na questão n.º 2.6 “Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?”, as respostas denotam que a figura de autoridade é a educadora pois quando se ausenta as crianças têm mais dificuldade em cumprir as regras e em contextos fora da sala, o que pode indicar que não há regras explícitas para esses contextos. A salientar que as assistentes operacionais são também sensíveis ao número de horas que as crianças passam no JI como fator de cansaço.

Quadro 6: Onde verificam que as crianças quebram as regras

Assistente Operacional 1	<i>“...no recreio, durante a refeição e quando a educadora se ausentada sala.”</i>
Assistente Operacional 2	<i>“Nos vários momentos das AAAF’s, principalmente no espaço exterior.”</i>
Assistente Operacional 3	<i>“Ao fim do dia, devido ao excesso de horas que a criança passa no JI.”</i>
Assistente Operacional 4	<i>“No período da refeição, na organização para o momento de higiene.”</i>
Assistente Operacional 5	<i>“Uma noite mal dormida, mais cansados...”</i>

Quadro 7: O que fazem as Assistentes Operacionais quando as crianças cumprem ou não as regras

	Assistente Operacional 1	Assistente Operacional 2	Assistente Operacional 3	Assistente Operacional 4	Assistente Operacional 5
“O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?”	<i>“Elogiar e motivar para que continuem a respeitar as referidas regras...”</i>	<i>“Reforço Positivo”</i>	<i>“Elogiar a criança e oferecer algumas recompensas. (...)”</i>	<i>“Tento sempre reforçar positivamente a ação/comportamento da criança.”</i>	<i>“Muito bem!”</i>
“O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras?”	<i>“depende da situação e da gravidade (...) Tento fazê-los perceber que más atitudes e a quebra de regras, trazem sempre consequências...”</i>	<i>“Quando se trata de alguma situação de pares “colocar” a criança no papel do outro.”</i>	<i>“Recordo as regras outra vez e algumas vezes param 2 minutos para pensar.”</i>	<i>“Lembro sempre que existem regras e que têm que ser cumpridas.”</i>	<i>“Meninos... as regras!”</i>

Tal como foi realizado na análise dos questionários às Educadoras de Infância, o mesmo será feito, na mesma questão às Assistentes Operacionais. As próximas duas respostas serão analisadas em comparação. Estas dizem respeito ao que fazem ou dizem as Assistentes Operacionais quando as crianças cumprem, ou não, as regras (quadro 7).

Ao analisar as respostas das Assistentes Operacionais podemos verificar que o reforço positivo e o elogio são as respostas mais dadas pelas mesmas. Até porque “o elogio e o incentivo podem ser usados para orientar as crianças nos muitos pequenos passos que lhes são necessários para dominar novas competências” e isso fará com que as crianças forneçam “a motivação necessária para não desistirem de uma tarefa

difícil.” (Webster-Stratton, 2016, p. 39). Deste modo, é importante “nunca deixar passar” despercebido (...) um “bom comportamento” (Webster-Stratton, 2016, p. 40).

Relativamente ao que é feito quando as crianças não cumprem as regras, a *Assistente Operacional 1* refere que depende da situação e da gravidade, mas conversa e tenta que as crianças percebam que quebrar as regras pode trazer consequências. A *Assistente Operacional 2* mencionou que quando se trata de uma situação a pares, tenta sempre colocar a criança no papel do outro. A *Assistente Operacional 3* utiliza, algumas vezes, o time out. O time out é uma estratégia em que consiste retirar a criança de uma situação grave e deixá-la acalmar. Vale (2003, p.33), diz que “quando esta estratégia é usada corretamente, pode ajudar a criança a acalmar e a refletir sobre o seu comportamento”. As restantes assistentes relembram que existem regras e que estes devem as cumprir. Segundo Webster-Stratton (2017, p. 155) “as consequências não têm de ser muito severas para serem eficazes. A chave é a consistência e não a intensidade”, ou seja, deve ser aplicado de maneira consistente e não variarem consoante a situação.

A última questão colocada diz respeito à existência de regras no exterior e no caso de haver, darem um exemplo.

Quadro 8: Exemplo de regras no exterior

Assistente Operacional 1	<i>“Sim. A disciplina e civismo. Respeitar os espaços.”</i>
Assistente Operacional 2	<i>“Sim. Por exemplo: não “andar dentro/fora” - (exterior-interior) e sempre que houver essa necessidade, dizer às auxiliares.”</i>
Assistente Operacional 3	<i>“Sim. Não brincar com objetos que magoam, usar sempre chapéu se tiver sol, não empurrar, entre outras.”</i>
Assistente Operacional 4	<i>“Sim. As mais importantes são as rotinas diárias, o saber respeitar, escutar, ou seja, o saber estar/ser.”</i>
Assistente Operacional 5	<i>“As mesmas do interior.”</i>

Ao verificar as respostas dadas relativamente a esta questão, considero que não existem regras claras e específicas para o exterior do JI. Até porque a *Assistente*

Operacional 5 refere que as regras são as mesmas, tanto para o interior como para o exterior do seu JI.

**CAPÍTULO III – PROJETO DE
INTERVENÇÃO
(1.º Ciclo do Ensino Básico)**

Neste capítulo será descrito o projeto de intervenção, realizado numa turma do 1.º CEB.

3.1. Questão – Problema

Tal como já foi referido anteriormente, o estudo foi desenvolvido ao longo das minhas práticas de Ensino Supervisionado. O projeto de intervenção foi implementado no estágio realizado com uma turma do 2.º ano de escolaridade.

Nesta intervenção, adotei estratégias que me permitiram dar resposta à questão-problema:

- *Que estratégias se pode adotar para motivar os alunos ao cumprimento das regras em contexto escolar?*

3.2. Objetivos do Projeto de Intervenção

Com esta intervenção pretendo:

- a) Compreender qual a importância dada pelas crianças às regras;
- b) Perceber de que forma se pode motivar as crianças para o cumprimento das regras;
- c) Identificar que incentivos podem ser usados para ajudar ao cumprimento das regras.

3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para resolver a questão de partida deste estudo, elaborei dois guiões de observação: um para a turma (Anexo 2) e um outro para a docente (Anexo 3).

Os guiões de observação foram construídos tendo como referência a Escala de Atmosfera do Jardim de Infância (Classroom Atmosphere Measure) e o programa The Incredible Year, e foram utilizados durante um período de 4 semanas de 16 de outubro a 7 de novembro.

No guião de observação dos alunos foram utilizados níveis de cotação (Nível Elevado, Nível Baixo), para uma melhor compreensão do observador, não sendo empregues como escala de medida, mas sim como indicadores que permitissem

analisar a sala de um modo geral. Relativamente ao guião para a professora, este teve uma cotação de 1 a 5, sendo o 1- *Nunca* e o 5- *Sistematicamente*.

Antes de iniciar a observação, pedi o consentimento informado à professora cooperante, explicando-lhe em que consistia as grelhas de observação e quais os seus objetivos.

Durante a estudo, verifiquei que na sala de aula não existiam regras claras e específicas. Havia, simplesmente, um cartaz, ao fundo da sala, com termos como «amor»; «partilha»; «amizade» (...).

3.4. Análise dos guiões de observação

Ao analisar os guiões pude observar o que poderia ser alterado e melhorado com a minha intervenção. Importa salientar que a observação foi feita de forma geral e não em específica com algum aluno.

Em relação ao guião de observação dos alunos, constatei um nível elevado de conhecimento das regras estabelecidas na sala de aula por parte dos alunos, apesar de muitas vezes não as cumprirem.

Relativamente ao ponto analisado sobre as atividades orientadas pela professora, verifiquei um nível baixo, pois a verdade é que os alunos discutiam em voz alta, falavam muito e levantavam-se, algumas vezes, do lugar sem permissão.

No terceiro ponto do guião, “*Interrompem as aulas com assuntos que não estavam relacionados*”, pude observar que poucos eram os alunos que interrompiam regularmente as aulas.

No ponto quatro analisei se os alunos pediam autorização para se levantarem do lugar, a maioria dos alunos cumpria essa norma, existindo apenas alguns que, às vezes, não a respeitavam e levantavam-se do lugar sem permissão.

No ponto seguinte “*Mantêm-se atentos durante as aulas e atividades realizadas*”, foi possível verificar que alguns alunos, cerca de metade da turma, estavam atentos e orientados para a atividade, não se distraíndo e investindo todo o seu esforço na tarefa proposta. No entanto, os restantes alunos revelavam alguma distração no decorrer das atividades, dificultando a sua realização, uma vez que demoravam muito tempo a executá-la.

No ponto seis, observei se os alunos sentiam interesse, entusiasmo e envolvimento nas atividades da sala. Durante a observação, feita quer individualmente, quer em trabalhos de grupo, verifiquei que a maioria dos alunos, participavam, faziam perguntas, discutiam ideias e opiniões, davam sugestões, estavam empenhados e interessados, sentiam prazer e persistiam nas atividades, não as abandonando facilmente. Em contrapartida, os restantes já se encontravam inativos, desocupados, ausentes/ “nas nuvens”, apáticos, aborrecidos e inquietos. Pareciam algumas vezes perdidos, sem saber o que fazer e não mostravam interesse ou envolvimento nas atividades.

Por fim, o último ponto do guião de observação diz respeito ao levantar o dedo sempre que os alunos pretendiam responder a uma questão. Foi possível verificar que raramente essa regra era cumprida pela maior parte dos alunos, revelando que não conseguem aguardar pela permissão do adulto. No entanto, é importante salientar a existência de cinco alunos, que sempre que queriam participar e responder a questões levantadas pela docente, levantavam o dedo, cumprindo cuidadosamente esta regra.

Para o guião de observação da professora cooperante foram analisados vários pontos. Em relação ao primeiro ponto “*A professora dá as boas vindas às crianças quando chegam, tratando-as pelo nome*”, consegui verificar apenas uma vez. Uma aluna chegou mais tarde e, ao entrar na sala, a professora disse “*Bom dia, Ana Sofia*”. Apesar de não ter ouvido a docente a dar as boas vindas às crianças, tratando-as pelo nome, mais nenhuma vez, considero que era possível verificar esse manifesto no início de cada aula, uma vez que todos os dias era cantada, em conjunto, a música dos “*Bons dias*”.

Ao longo desta observação, pretendia também apurar se a professora dava um feedback sincero, entusiasta e positivo às ideias das crianças. Esta questão foi de fácil conclusão, uma vez que a professora valorizava frequentemente as ideias dadas pelos alunos e ao longo das aulas utilizava o reforço positivo através dos seus comentários.

Outros aspetos observados foram se a professora “*promove o cumprimento das regras de forma a manter a disciplina*”, se “*elogia o bom comportamento*” e se “*revê as regras quando é necessário e sempre que são criadas oportunidades de as praticar*”. Aqui pude constatar que a professora cumpre frequentemente esses pontos.

Sempre que os alunos estavam a fazer muito barulho, a professora referia que as regras estavam a ser quebradas, relembrando quais as regras a cumprir. Dizia também muitas vezes “*Assim não ouço nada*”, para que os alunos se apercebessem que o ruído impossibilitava a comunicação.

Ao longo da sua prática, a docente utilizava ainda outra técnica, a estratégia da docente era levantar o braço e aguardar que todos os alunos fizessem o mesmo. Desta forma, os alunos apercebiam-se que tinham de estar de braço no ar e em silêncio, podendo a docente dar seguimento à aula. Esta era uma forma da turma se acalmar e a docente conseguia verificar quem estava com atenção à aula e quem estava a perturbar.

Dos pontos analisados, a professora cooperante cumpriu sistematicamente o ponto do “*estimula e reforça a participação de todos os alunos*”, pois era notório, de um modo geral, que a docente tinha um cuidado em estimular os alunos com mais dificuldades, recorrendo ao reforço positivo. Reforçava, igualmente, os alunos com mais aptidões, para que continuassem o seu trabalho. Este ponto também foi possível verificar na disciplina de português, uma vez que a professora procurava que todos os alunos pudessem ler um pouco do texto ou simplesmente uma frase daquele que era estudado em cada aula. O outro ponto em que observei que a docente realizou sistematicamente foi o do reforço proximal.

Outro ponto analisado foi se “*a professora estabelecia um clima de empatia de forma a manter a disciplina*”. Pude observar que acontecia frequentemente, pois existia uma boa relação entre professora e todos os alunos.

Em relação ao ponto da implementação de formas de trabalho colaborativos (em pares/em grupos), a professora utilizou esta estratégia algumas vezes. É de destacar que a organização dos alunos na sala de aula aquando da observação era aos pares, pois a professora colocou um aluno bom com um aluno médio/baixo de modo a que houvesse uma interajuda.

Quanto às estratégias de participação organizada, durante a observação, raramente a professora as promoveu.

3.5. Contexto Educativo

3.5.1. Caracterização da turma

Há diferentes fatores que influenciam o modo próprio de funcionamento de um grupo, tais como, as características individuais das crianças que o compõem, o maior ou menor número de crianças de cada sexo, a diversidade de idades das crianças, a dimensão do grupo (Ministério da Educação, 1997, p,35).

O presente estudo foi realizado, durante o período de estágio, numa escola do concelho de Coimbra. A turma em análise era constituída por vinte alunos, sendo 10 elementos do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Em termos etários, a composição da turma revelou-se bastante homogénea, visto que os alunos tinham idades compreendidas entre os sete e os oito anos. Do conjunto da turma, dois dos alunos apresentavam Necessidades Educativas Especiais (NEE) de carácter permanente. Estes alunos encontravam-se abrangidos por um Programa Educativo Individual (PEI) que tem como medidas educativas, o Apoio Pedagógico Personalizado e Adequações no Processo de Avaliação. Tinham também sessões de apoio, com a professora de Educação Especial. Esta em coordenação com a professora titular de turma, trabalhava de forma pormenorizada os conteúdos abordados na sala de aula.

Além dos dois alunos com NEE existiam na turma outros dois alunos com diferentes necessidades educativas que contavam com Aulas de Apoio/Apoio Educativo.

Importa referir que a maioria dos alunos eram responsáveis, empenhados e apresentavam bons resultados escolares. No entanto, existiam alguns muito distraídos e desorganizados, sendo necessário uma constante chamada de atenção. Desta situação resultava uma alteração do ritmo de trabalho, com frequentes interrupções para observações pouco ou nada convenientes, perturbando assim a produtividade das aulas.

Pelo facto de os alunos apresentarem diferentes hábitos de postura em contexto sala de aula e dispares ritmos de aprendizagem face aos conteúdos lecionados, eu em conjunto com a professora cooperante, tentámos encontrar estratégias para melhorar a aprendizagem dos alunos. Como por exemplo: levar fichas de trabalho para os

diferentes ritmos de aprendizagem e fazer atividades recorrendo a dinâmicas de trabalho bastante variadas.

Uma das constatações que fiz durante o período de estágio foi o facto de muitas crianças continuarem a recorrer ao adulto para a resolução de determinados conflitos. Foi igualmente possível analisar perante o comportamento de algumas crianças, que estas revelam ainda uma certa dificuldade em respeitar algumas regras sociais aquando do diálogo em grande grupo, por exemplo na questão de aguardar a sua vez para falar.

3.6. Intervenção Educativa

Após a análise dos dados obtidos através do guião de observação, e como já referi anteriormente os alunos interrompiam as aulas com assuntos que não estavam relacionados. Além disso, discutiam em voz alta, levantavam-se do lugar sem permissão, raramente levantavam o dedo antes de falar e não mantinham o lugar limpo e arrumado, deixando espalhados pelo chão as mochilas, os casacos e alguns materiais escolares.

Na 1.^a sessão, após verificar que naquela sala não estavam afixadas regras claras, comecei por questionar os alunos se tinham conhecimento das regras, sendo que a resposta foi afirmativa de todos os elementos da turma. Pedi, posteriormente que mencionassem algumas dessas regras e pelas suas respostas foi notório que tinham conhecimento das regras, embora muitas vezes não as cumprissem.

Enquanto estagiárias, estamos limitadas ao tempo de intervenção com a turma. Infelizmente, devido à falta de tempo, não consegui realizar algumas tarefas que pretendia e que considero que seriam uma mais-valia para a investigação. Uma delas diz respeito à criação de novas regras, uma vez que seria importante verificar se haveria mudança de comportamento com o estabelecimento de regras claras, elaboradas e ilustradas por eles e afixadas num lugar visível para todos. Como isso não foi possível, optei por escolher duas regras.

No diálogo com os alunos, referi que tinha realizado uma observação sobre as regras que era suposto eles cumprirem e que tinha verificado que, a maior parte do tempo, eles não cumpriam duas delas: a do levantar o braço antes de falar e a de manter a sala limpa e arrumada. Referi, que essas regras eram fundamentais para manter um

bom ambiente na sala de aula o que foi corroborado por alguns alunos que concordaram dizendo que às vezes as aulas tornavam-se uma confusão.

Deste modo, introduzi um programa de incentivos ou sistema de créditos. Expliquei como funcionava este sistema e foi decidido com eles que os créditos, neste caso, eram representados pelas estrelinhas que iam colocando nos cartões, elaborados para o efeito (Anexo 4) sendo o objetivo: completar o cartão para “ganhar” uma recompensa no final. Ou seja, quando os espaços fossem todos preenchidos com as estrelas, os alunos podiam escolher uma recompensa (lápiz, borrachas ou canetas).

Como foi mencionado anteriormente, os materiais utilizados foram dois cartões (Anexo 4): “*Consegui levantar o dedo antes de falar*” e “*Mantive o meu lugar sempre limpo e arrumado*”. Cada cartão continha doze espaços em branco e estes só seriam preenchidos com o “crédito”, neste caso, com a estrela, após o aluno cumprir a regra descrita no cartão.

Ao ser aplicada esta estratégia, estamos a utilizar o reforço contínuo quando, em cima da ocorrência, reforçamos o que o aluno faz corretamente dando-lhe os respetivos créditos. E entregamos a recompensa apenas quando um certo número de créditos está amealhado. Ficou combinado com os alunos que seria entregue a cada um deles dois cartões com as regras descritas. Acordamos, também, que os cartões teriam de estar sempre presentes em cima da secretária de cada um para facilitar a entrega do respetivo “crédito”.

Passado uma semana da implementação do programa de incentivos, apercebi-me que a regra do cartão “*Mantive o meu lugar sempre limpo e arrumado*” não estava a ser cumprida individualmente pelos alunos. Sendo uma norma benéfica para a turma, como um todo, deixei de utilizá-la individualmente. Após essa decisão elaborei uma questão (Anexo 5) aos alunos e entreguei-a para que respondessem com sinceridade. A questão colocada foi “*Achas que estás a cumprir a regra “Mantive o meu lugar sempre limpo e arrumado”? Porquê?*”. Dezoito dos vinte alunos que estavam presentes nesse dia, responderam afirmativamente à questão e a justificação da maioria foi que tinham sempre a mesa arrumada, que o estojo e os cadernos estavam sempre organizados no canto da mesa.

Depois de verificar as respostas dos alunos e por não concordar com a maioria, pedi que colocassem os braços em cima da mesa e que não mexessem em nada. Logo

a seguir pedi que olhassem à sua volta e que verificassem se de facto a regra estava a ser cumprida. Nesse momento os alunos comprovaram que a sala não estava limpa nem arrumada, pois alguns alunos tinham os casacos e as mochilas espalhados entre as mesas e alguns não tinham a mesa limpa e arrumada como justificaram na sua resposta.

Deste modo ficou decidido que seria melhor elaborar a mesma regra, mas para a turma toda para que, em equipa, mantivessem a sala limpa e arrumada.

Para tal, preparei um garrafão de plástico e coleí a regra (Anexo 6). Na 2.^a sessão expliquei às crianças como é que seria enchido o garrafão, ou seja, quando a turma toda cumprisse a regra descrita seria dado a cada aluno uma tampinha de plástico que posteriormente tinham de colocá-la dentro do garrafão.

3.7. Apresentação e Discussão de Dados

A distribuição dos materiais e das novas regras para serem cumpridas, tendo por base o sistema de créditos, foi ao encontro dos interesses dos alunos, sendo que o principal objetivo seria motivá-los a mudarem o comportamento.

Por se tratar de um estágio interventivo e estando a lecionar em simultâneo os conteúdos programáticos, tornava-se, por vezes, difícil de atribuir o “crédito” imediatamente após o aluno cumprir a regra. Sendo esta uma regra simples, sempre que era colocada uma questão sobre a matéria ou qualquer outro assunto, bastavam que dois ou mais alunos intervissem corretamente para se tornar incómodo a entrega do “crédito”, pois não podia interromper a aula para o fazer. Deste modo, havia momentos em que certos alunos me lembravam que tinham cumprido a regra e que ainda não tinham recebido a sua estrela.

Mas com o passar dos dias, observei um exagero por parte dos alunos, levantando estes o dedo sempre que colocava alguma questão com o intuito de receber a estrela, para assim completarem o cartão e consequentemente receberem a recompensa.

Com a regra “*Mantive o meu lugar sempre limpo e arrumado*”, notei um interesse e autoajuda entre os elementos da turma para que no final do dia, cada aluno pudesse

receber uma tampinha com a finalidade desta ser colocada no garrafão. O objetivo era que os alunos enchessem o garrafão com as tampas ganhas (Anexo 5).

No geral, com a utilização deste sistema de créditos, os resultados foram satisfatórios. Embora tenha notado que alguns dos alunos se tenham mostrado mais empenhados em querer cumprir as regras, pois conseguiram preencher o cartão mais do que uma vez. O contrário não aconteceu para a regra do garrafão, devido à falta de tempo e apesar do esforço de todos, este não foi suficiente para atingirem o fim programado, ou seja, preencherem o garrafão, talvez o objetivo para o tempo disponível tivesse sido desadequado.

O comportamento da professora cooperante foi diferente durante a observação e fora da observação. Durante a observação, e tal como já foi referido anteriormente, a docente sabia que iria ser observada. Por isso, nesta fase, estando a professora influenciada, recordava frequentemente os alunos de que existiam regras e de que estas eram para ser cumpridas.

Já fora da observação, o tema das regras já não era mencionado com tanta frequência e, havendo aliás um semáforo relativo ao comportamento, o preenchimento deste tornou-se inexistente. Assim, apenas as estratégias de mandar os alunos para a rua para que pensassem no seu comportamento e a de a professora cooperante levantar o braço fazendo com que os alunos também o fizessem mantendo-os em silêncio, foram as únicas que prevaleceram durante o ano.

Considerações finais

Neste último ponto é importante refletir sobre os aspetos que marcaram o caminho percorrido ao longo da elaboração deste relatório final, deste modo chegou o momento de fazer um balanço de todo o processo.

Numa fase inicial, deparei-me com algumas dificuldades sobre as quais considero ser importante refletir. Recordo-me que me sentia perdida acerca da temática que escolhi para esta investigação, pois considero que o tema: regras e limites na sala de aula é de extrema complexidade para ser abordado com crianças. Outra limitação deve-se ao número reduzido de participantes para o primeiro estudo, visto que, provavelmente, teria sido proveitoso envolver um maior número de Educadoras de Infância e Assistentes Operacionais. Contudo, a pesquisa de diversos autores ajudou-me a perceber um pouco mais sobre esta temática. Além disso, o contributo dos intervenientes, ajudaram a dar resposta à questão-problema: *Que estratégias se pode adotar para motivar os alunos ao cumprimento das regras em contexto escolar?*

Quanto às estratégias, as participantes do estudo destacaram como estratégia utilizada, lembrar as regras quando alguma criança as transgride. A utilização do reforço positivo é também uma forma de promoverem o cumprimento das regras, pois “é importante elogiar os esforços da criança e os seus progressos” (Webster-Stratton, 2017, p.89).

Com a análise e reflexão dos dados obtidos, através não só da pesquisa dos vários autores bem como também dos questionários, percebi que as regras devem construídas, escritas e ilustradas pelas crianças, para que estas se lembrem com mais facilidade das regras a serem cumpridas, até porque são elas que ajudam a manter a harmonia numa sala de aula. Tal é comprovado por Vale ao defender que “se a criança não tiver participado na sua discussão e elaboração [das regras], elas poderão não ter qualquer significado para ela, podendo ocasionar a manifestação de comportamentos disruptivos” (2009, p. 137). Além disso, o “o estabelecimento de regras representa uma clara oportunidade para que as crianças exercitem a autonomia” (DeVries e Zan, 1998, p.138).

No projeto de intervenção e dando continuidade à questão problema, a leitura sobre a temática foi fundamental para permitir novas formas de pensar e agir. Nesse

sentido, surgiu uma nova estratégia, a aplicação do Programa de Incentivos ou Sistema de Créditos com a turma do 2º ano de escolaridade.

Foram algumas as dificuldades sentidas, ao longo deste projeto. A primeira diz respeito à falta de regras claras e ao facto de estas não estarem afixadas num lugar onde os alunos pudessem-nas observar. A segunda dificuldade deve-se à escassez de tempo para implementar todo o processo que o programa de incentivos assim exigia, pois devido ao extenso programa do 1.º CEB e pelo facto de me deslocar à escola apenas dois dias por semana, dificultou todo esse procedimento.

Em suma e através do programa de incentivos, o objetivo era o de conseguir motivar os alunos para que houvesse um maior envolvimento para o cumprimento das regras. Mas é “importante realçar que os programas de incentivo não substituem outros meios para motivar as crianças”, deste modo, devemos “construir relações significativas com elas, reforçá-las com atenção e elogios (...)” (Webster-Strattom, 2017, p. 102). Acredito que consegui atingir esse propósito, uma vez que as estratégias criadas e utilizadas fizeram com que a maioria dos alunos respeitasse as regras. Regras essas, que durante uma observação feita, inicialmente, não estavam a ser respeitadas por parte dos alunos.

Feita uma reflexão final, tenho consciência de que poderia ter melhorado alguns aspetos, especialmente ter elaborado novas regras com os alunos para, posteriormente, afixarmos na sala de aula.

Concluo esta investigação, com a certeza de que o uso de Programas de Incentivos ou Sistema de Créditos é um bem valioso para ser utilizado em diferentes contextos, visto que as crianças, após a sua implementação, começaram por respeitar as regras. Também é importante referir que tais estratégias poderão ser adaptadas consoante o grupo de trabalho, tendo em conta que nem todos os grupos de crianças são iguais.

Referências bibliográficas

Amado, J. (2014). *Manual de Investigação qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bracinhos, I.F. (junho de 2014). *Regras e Comportamentos Sociais no Contexto de Creche e Jardim de Infância*. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6506/1/Relat%C3%B3rio%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20-Mestrado%20-%20Vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>

Brazelton, T. (2000). *Dar atenção à criança – Para compreender os problemas normais do crescimento*. Lisboa: Terra Mar

Brazelton, T.B. e Sparrow, J.D. (2004). *A criança e a disciplina*. Lisboa: Editorial Presença

Caria, E. M. (junho de 2014). *REGRAS E LIMITES NA INFÂNCIA COMO FORMA DE PREVENIR A INDISCIPLINA NA ESCOLA*. Obtido de <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2660/1/Tese%20-%20Eug%C3%A9nia%20Caria.pdf>

Carita, A. e Fernandes, G. (1997). *Indisciplina na sala de aula*. Lisboa: Editorial presença

Cordeiro, M. (2008). *O livro da criança*. Lisboa: A Esfera dos Livros

Correia, D. (março de 2012). *Relatório de Estágio de Mestrado*. Obtido de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/367/1/MestradoDianaCorreia.pdf>

DeVries, R., e Zan, B. (1998). *A ética na educação infantil – o ambiente sócio-moral na escola*. Porto Alegre: Artmed editora

Externato Champagnat. (2017). Obtido de Educação das crianças: A importância das regras!: <http://noticias.externatochampagnat.pt/wordpress/2017/12/educacao-criancas-importancia-regras/>

Formosinho, J., Andrade, F., e Formosinho J. (2011) *O Espaço e o Tempo na Pedagogia – em – Participação*. Porto: Porto Editora.

Oliveira, E. B. (13 de dezembro de 2011). *Regras e limites na Infância*. Obtido de WEBARTIGOS: <https://www.webartigos.com/artigos/regras-e-limites-na-infancia/81388/>

Paiva, J. (2015). *2º Encontro da família 2015 Escola Profissional São José*. Obtido de Slide Player: <https://slideplayer.com.br/slide/2920209/>

Pereira, J. (s.d). *COMO PROMOVER UM CLIMA POSITIVO DE SALA DE AULA: UM CONTRIBUTO PARA A PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA*. Obtido de <http://www.esad.edu.pt/images/docs/ca7/Comopromoverumclimapositivodesaladeaula.pdf>

Pinto, M. T. (julho de 2013). *De que forma as regras e os limites podem promover o autocontrolo das crianças de 3 e 4 anos*. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13903/1/PINTO%20Maria%20Teresa%202013.pdf>

Rutherford, R. e Lopes, J. (1993). *Problemas de comportamento na sala de aula: Identificação, avaliação e modificação*. Porto: Porto Editora.

Sprinthall, Norman A. e Sprinthall, Richard C. (1993). *Psicologia Educacional*. Lisboa, Macgraw-Hill

Vale, V. (2009). *Do tecer ao remendar: os fios da competência socio-emocional*. Exedra (2), 129-146. In <http://pt.scribd.com/doc/78061016/Do-tecer-ao-remendar-os-fios-da-competencia-socio-emocional>

Vale, V. (2014). “*A cadeira do Pensar*”: o que dizem as crianças sobre as regras. *Cadernos de Educação de Infância n.º 101*. jan./abril APEI.

Vaz, J. Pimentel (1999) *Indisciplina na sala de aula*. Enquadramento da problemática e estratégias de intervenção centradas no modelo comportamental, Coimbra: ESEC. Pp: 35.57.

Webster-Stratton, C. (2008). *How to promote children’s social and emotional competence*. London: SAGE Publications.

Webster-Stratton, C. (2013) *The incredible years*. Obtido de <http://www.incredibleyears.com>

Webster-Stratton, C. (2016). *Os Anos Incríveis – Guia de Resolução de Problemas para pais de crianças dos 2 aos 8 anos de idade*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Webster-Stratton, C. (2017). Como promover as competências sociais e emocionais das crianças. Psiquilíbrios Edições

ANEXOS

Anexo 1: Questionário das Educadoras de Infância e Assistentes Operacionais

(Educadora 1)

Questionário à Educadora de Infância
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	<input checked="" type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

1.2 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra _____

1.3 – Tempo de serviço:

_____ 25 anos _____

2.

2.1 – Qual a importância que atribui à existência de regras no JI?

_____ As regras são importantíssimas
& fundamentais porque regulam
os comportamentos e atitudes das crianças _____

2.2 – Existem regras no seu JI?

_____ Sim _____

2.3 – Como são elaboradas e implementadas as regras na sala (outros espaços, exterior...) de jardim-de-infância?

_____ No início do ano lectivo, e
em grande grupo, acordam-se
as principais regras de sala. _____

2.4 - Pode dar um exemplo de uma regra que tenha no seu JI?

Jogar - Arrumar

2.5 - Na sua opinião, como acha que as regras são percecionadas pelas crianças?

Julgo que após o estabelecimento das regras de sala, elas são extremamente fustadas e relembraem-se umas às outras.

2.6 - O que faz para lembrar as regras às crianças?

Converso com elas quando são observáveis comportamentos/ atitudes menos corretas e relembro que não desta modo não podem ganhar autocolantes/incentivos.

2.7 - O que faz quando as crianças cumprem as regras?

Na sala existe um quadro de incentivos para premiar as crianças que cumprem as regras, dando-lhes 1 autocolante.

2.8 - O que faz quando as crianças não cumprem as regras?

~~Converso com elas~~ Converso com as crianças acerca do ato de não cumprir e levo-as a refletir sobre a mesma.

2.9 - Existem regras no exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

sim. Não subir o escorrega pelo tubo de escorregar

2.10 - Quantas regras são definidas no início do ano?

Poucas mas boas - 3 a 6 regras.

2.11 – Em média quantas regras são definidas durante o ano letivo?

três a seis

2.12 – Quais são os comportamentos das crianças a que atribui maior importância?

A colaborar entre os meninos
mais velhos e os mais novos.

Obrigada pela sua participação!

(Educadora 2)

Questionário à Educadora de Infância
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	<input checked="" type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

1.2 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra _____

1.3 – Tempo de serviço:

28 anos

2.

2.1 – Qual a importância que atribui à existência de regras no JI?

As regras são importantes para o bom "funcionamento" da/na y. I.

2.2 – Existem regras no seu JI?

Existem as regras da sala que foram elaboradas por todos

2.3 – Como são elaboradas e implementadas as regras na sala (outros espaços, exterior...) de jardim-de-infância?

As regras são ^{discutidas} elaboradas por todas as crianças da sala e a partir do momento em que aceitamos as regras todos as "devem" cumprir.

2.4 – Pode dar um exemplo de uma regra que tenha no seu JI?

“Espera a sua vez para falar pondo o dedo no ar...”

2.5 – Na sua opinião, como acha que as regras são percecionadas pelas crianças?

As regras só funcionam se elas perceberem p. o que são e para que servem.

2.6 – O que faz para relembrar as regras às crianças?

Conversamos, ~~igra~~ chamamos à atenção...

2.7 – O que faz quando as crianças cumprem as regras?

Quando cumprem as regras as crianças são elogiadas

2.8 – O que faz quando as crianças não cumprem as regras?

Relembro as regras

2.9 – Existem regras no exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

Respeitar o amigo,

2.10 – Quantas regras são definidas no início do ano?

Definimos no máximo 5 regras

2.11 – Em média quantas regras são definidas durante o ano letivo?

Depende da necessidade e do grupo

2.12 – Quais são os comportamentos das crianças a que atribui maior importância?

Respeitar os amigos; Esperar a sua vez para falar...

Obrigada pela sua participação!

(Educadora 3)

Questionário à Educadora de Infância
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	X
Masculino	

1.2 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra _____

1.3 – Tempo de serviço:

27 anos _____

2

2.1 – Qual a importância que atribui à existência de regras no JI?

Muita importância _____

2.2 – Existem regras no seu JI?

sim, existem _____

2.3 – Como são elaboradas e implementadas as regras na sala (outros espaços, exterior...) de jardim-de-infância?

Foram elaboradas no início do ano em grupo e depois afixadas na sala de atividades _____

2.4 – Pode dar um exemplo de uma regra que tenha no seu JI?

"Ouço os adultos e os meus colegas com atenção"

2.5 – Na sua opinião, como acha que as regras são percecionadas pelas crianças?

Apesar de por vezes algumas crianças terem dificuldade em cumprir as regras conseguem entendê-las e quando chamadas à atenção acabam por cumprir

2.6 – O que faz para relembrar as regras às crianças?

Revemos mais uma vez todas as regras instituídas

2.7 – O que faz quando as crianças cumprem as regras?

Reforço positivamente o comportamento com palavras de encorajamento

2.8 – O que faz quando as crianças não cumprem as regras?

Existe uma penalização que também foi acordada no início do ano para quem não cumpre

2.9 – Existem regras no exterior?

Sim.

Se sim, pode dar um exemplo?

Annunciar o espaço antes de entrar

2.10 – Quantas regras são definidas no início do ano?

Foram definidas 8 regras básicas do
saber ser estar e saber ser.

2.11 – Em média quantas regras são definidas durante o ano letivo?

Não existe essa média

2.12 – Quais são os comportamentos das crianças a que atribui maior importância?

Respeitar e partilhar

Obrigada pela sua participação

(Assistente Operacional I)

Questionário as Assistentes Operacionais
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	
Masculino	

1.2- Formação académica:

12.º ano + curso t.e.c. de contabilidade

1.3 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra

Jardim de infância de Eiras

1.4 – Tempo de serviço como auxiliar:

2 meses e uma semana

2.

2.1 – Para si, qual a importância das regras no JI?

A importância das regras no jardim de infância, é bastante no sentido em que, é no J.I. que se proporciona um melhor desenvolvimento das crianças, não sendo um lugar onde se "guardam" apenas crianças mas também onde se transmitem conhecimentos e valores, nas idades em que estão mais receptivas ao conhecimento.

2.2 – Existem regras na sala que integra?

Embora não esteja há muito tempo neste J.I. já me apercebi que existem regras fundamentais e bem aplicadas pelos educadores e aceites pelas crianças.

2.3 – Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?

Não ao contrário ainda todas mas, pelo que já consegui perceber, existem "rotinas" muito importantes, tais como, a higiene, a comunicação e interacção entre meninos das duas salas, as actividades integradas em projectos que visam o conhecimento do meio e a história do nosso país elaborada de forma a ser por eles compreendida.

2.4 - Quem definiu essas regras?

fulgo ser um trabalho de equipa que vai desenvolvendo através
de reuniões estratégicas de melhoramentos e a ajustam às necessidades

2.5 - Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?

Não me sinto à vontade, para já, para opinar sobre
o assunto.

2.6 - Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?

Em minha opinião, no recreio, durante a refeição e
quando o/a educador/a se ausenta da sala.

2.7 - O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?

Elogiar e motivar para que continue a respeitar
as referidas regras. É muito importante a motivação
para o cumprimento das regras, mas como forma de agradecimento
mas para que sintam vontade de exercerem ~~em~~ e tornarem-se

2.8 - O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras? adultos bem formados

Depende da situação e da gravidade. Por norma (eu)
tento fazê-las perceber que as más atitudes e q quebra
das regras, trazem sempre consequências que se traduzem em poucos
custos e que, o que fizram de errado deve servir de lição. Dialogamos
que gosto do diálogo com as crianças

2.9 - Existem regras para o exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

Sim.

A disciplina e civismo. Respeitar os espaços.

Obrigada pela sua participação!

(Assistente Operacional 2)

Questionário as Assistentes Operacionais
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	<input checked="" type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

1.2- Formação académica:

Licenciatura (ASE)

1.3 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra

1.4 – Tempo de serviço como auxiliar:

8 anos + 2 anos

2.

2.1 – Para si, qual a importância das regras no JI?

Controlo do grande grupo ^{para que} desta forma se ~~a~~ ~~promova~~ ~~o~~ ~~um~~ ~~o~~ ~~melhor~~ ~~e~~ ~~mais~~ ~~eficaz~~ ~~transmissão~~ ~~de~~ ~~competências~~.

2.2 – Existem regras na sala que integra?

Sim.

2.3 – Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?

Sim.

2.4 – Quem definiu essas regras?

AS SRAS. EDUCADORAS

2.5 – Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?

Não

2.6 – Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?

Nos vários momentos das A.A.A.F.'s,
Principalmente no Espaço Exterior.

2.7 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?

Reforço positivo.

2.8 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras?

Quando se trata de alguma situação
de pares "colocar" a criança no
papel do "outro".

2.9 - Existem regras para o exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

Sim. Por ex: não "andar dentro/fora", -
(Exterior-interior) e sempre que houver
essa necessidade, dizer às auxiliares.

Obrigada pela sua participação!

(Assistente Operacional 3)

Questionário as Assistentes Operacionais
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	<input checked="" type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

1.2- Formação académica:

12.º ANO

1.3 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra

1.4 – Tempo de serviço como auxiliar:

12 ANOS

2.

2.1 – Para si, qual a importância das regras no JI?

Muito importante para um bom funcionamento do J.I.

2.2 – Existem regras na sala que integra?

Sim.

2.3 – Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?

Sim. Sabem respeitar uns aos outros, falar um de cada vez entre outros.

2.4 – Quem definiu essas regras?

As educadoras e as auxiliares

2.5 – Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?

Não

2.6 – Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?

As fim do dia, devido ao excesso de horas que a criança passa no J.I

2.7 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?

Elogiar a criança e oferecer algumas recompensas. A criança fica muito contente e dá muito trabalho.

2.8 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras?

Recordo as regras outra vez e algumas vezes paro 2 minutos para pensar

2.9 - Existem regras para o exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

^{sim,}
Não brincar com objectos que possam machucar, usar sempre o chapéu de tecto do, cap, empurrar entre outros.

Obrigada pela sua participação!

(Assistente Operacional 4)

Questionário as Assistentes Operacionais
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	X
Masculino	

1.2- Formação académica:

licenciatura

1.3 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra

1.4 – Tempo de serviço como auxiliar:

12 anos

2.

2.1 – Para si, qual a importância das regras no JI?

As regras no JI são fundamentais para uma boa dinâmica tanto para as crianças de fizica a orientarem-se e estabelecer rotinas como para o adulto ao nível individual ou em equipe.

2.2 – Existem regras na sala que integra?

Sim, Serem regras é muito difícil gerir a minha prática profissional quer individual ~~quer~~ quer ~~o~~ coletivamente bem como para as crianças.

2.3 – Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?

Sim, as regras importantes são as rotinas diárias, o saber respeitar, escutar, ajudar, o saber estar/ser.

2.4 - Quem definiu essas regras?

A Educadora de Infância no início de cada ano letivo
abudo estabelece as regras e depois nós as assistente

2.5 - Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?

Não.

2.6 - Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?

No período da refeição, na organização para o
momento de higiene.

2.7 - O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?

Tento sempre referir positivamente a
ação/comportamento da criança.

2.8 - O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras?

Declaro sempre que existem regras e que
elas que se cumprem. Algumas estão
afixadas em vários locais do JE e abeto
para a existência das mesmas.

2.9 - Existem regras para o exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

Sim. Por exemplo, quando vão para o
recreio e está sol, todas têm que usar boné
e há espaços restritos.

Obrigada pela sua participação!

(Assistente Operacional 5)

Questionário as Assistentes Operacionais
Elaboração e implementação de regras no JI

1 – Identificação:

1.1 – Sexo:

Feminino	<input checked="" type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

X 1.2- Formação académica:

12º Ano

1.3 – Instituição onde desempenha funções:

ME

IPSS

Outra

X 1.4 – Tempo de serviço como auxiliar:

17 Anos

2.

2.1 – Para si, qual a importância das regras no JI?

Inculcar o respeito uns pelos outros.

2.2 – Existem regras na sala que integra?

Sim.

2.3 – Conhece as regras do JI? Se sim, quais as que considera mais importantes?

É evidente que conhece.

Partilha, Respeito, Ajuda...

2.4 – Quem definiu essas regras?

Tobs em conjunto.

2.5 – Acrescentaria alguma regra? Se sim, qual?

—

2.6 – Onde se verifica com maior frequência, comportamentos em que a criança quebra as regras?

Uma noite mal dormida, mais cansada...

2.7 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças cumprem as regras?

Reio bem!

2.8 – O que costuma fazer ou dizer quando as crianças não cumprem as regras?

Reinas... as regras!...

2.9 - Existem regras para o exterior? Se sim, pode dar um exemplo?

As mesma do interior...

Obrigada pela sua participação!

Anexo 2: Guião de observação dos alunos do 1.º CEB

Guião de observação

Estabelecimento de Ensino: _____

Data: _____

Nº de Alunos: _____

	Observações	
1. Conhecem as regras da sala de aula		NE- cumprem as regras que estão estabelecidas na sala de aula. NB- não conhecem as regras.
2. Atividades orientadas pela professora		NE- cumprem as regras e estão envolvidas nas atividades, estão nos seus lugares, iniciam e terminam uma tarefa. NB - discutem em voz alta, falam muito, levantam-se do lugar sem <u>permissão, fazem barulho.</u>
3. Interrompem as aulas com assuntos que não estavam relacionados		NE- estão atentas e sabem quando devem intervir. NB- interrompem a professora constantemente com assuntos que não estão relacionados com a aula.
4. Pedem autorização para se levantarem do lugar		NE- pedem permissão à professora sempre que querem se levantarem do lugar. NB- levantam-se do lugar sem permissão.
5. Mantêm-se atentos durante as aulas e atividades realizadas		NE - estão atentas e orientadas para a atividade, não se distraem, investem o seu esforço na atividade e dão o seu melhor. NB – estão distraídas, sonham acordadas e demoram muito tempo nas atividades das aulas.
6. Sentem interesse, entusiasmo e envolvimento nas atividades da sala		NE – participam, fazem perguntas, discutem ideias e opiniões, dão sugestões, estão empenhadas e interessadas, sentem prazer e persistem nas atividades não as abandonando facilmente. NB – estão inativas, desocupadas, ausentes/nas nuvens, apáticas, aborrecidas, inquietas, parecem perdidas, sem saber o que fazer. Não mostram interesse ou envolvimento nas atividades.
7. Levantam o dedo sempre que querem responder		NE- levantam o dedo, sempre que querem dizer algo, participam e até respondem às questões. NB- falam sempre sem levantar o dedo.

(NE) Nível elevado (NB) Nível baixo

Anexo 3: Guião de observação da professora cooperante**Guião de observação (PROFESSORA)**

						Observações
A professora dá as boas vindas às crianças quando chegam tratando-as pelo nome	1	2	3	4	5	
A professora dá um feedback sincero e entusiasta e positivo às ideias das crianças	1	2	3	4	5	
A professora promove o cumprimento das regras de forma a manter a disciplina	1	2	3	4	5	
A professora estabelece um clima de empatia de forma a manter a disciplina	1	2	3	4	5	
A professora estimula e reforça a participação de todos os alunos	1	2	3	4	5	
A professora elogia o bom comportamento	1	2	3	4	5	
A professora implementa formas de trabalho colaborativos (em pares/em grupos)	1	2	3	4	5	
A professora promove estratégias de participação organizada	1	2	3	4	5	
A professora revê as regras quando é necessário e sempre que são criadas oportunidades de as praticar	1	2	3	4	5	
A professora utiliza o reforço proximal	1	2	3	4	5	


- 1- Nunca
- 2- Raramente
- 3- Às vezes
- 4- Frequentemente
- 5- Sistemáticamente

Anexo 4: Cartões com as regras

Conseguí levantar o braço
antes de falar.



Mantive o meu lugar
sempre limpo e arrumado.



Anexo 5: Questão aos alunos

Nome: _____ Data: ____/____/____

Achas que estás a cumprir a regra “Mantive o meu lugar sempre limpo e arrumado”? Porquê?



Sim

Não

Anexo 6: Garrafão de plástico

